

Negócios

& FINANÇAS

Rio de Janeiro — Terça-feira, 22 de dezembro de 1992

Não pode ser
vendido separadamente

Governo vai reduzir dívida e juros

■ Plano de Curto Prazo baixará as taxas através da diminuição do endividamento interno e maior prazo para títulos públicos

Porto Alegre — Mauro Mattos

MARIA LUIZA ABBOTT

BRASÍLIA — O governo pretende reduzir as taxas de juros com a diminuição do estoque e encargos da dívida interna e alongamento dos prazos de resgate dos títulos públicos. Este é, segundo o Plano de Curto Prazo aprovado pelo presidente Itamar Franco no último fim de semana, o principal objetivo da política de governo em relação à dívida pública federal. O documento não antecipa qual a forma escolhida para ampliar os prazos de vencimento dos papéis, que hoje giram diariamente no mercado financeiro, mas o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, já assegurou que isso será feito de forma voluntária e negociada com os investidores.

De acordo com o Plano, o estoque da dívida pública mobiliária federal estava em US\$ 105,6 bilhões no final de outubro e os juros reais praticados caíram de 29,84% para 20% ao ano desde a posse de Itamar. A maior parte desses papéis estão na carteira do BC e o governo pretende aumentar a transparência das relações do BC com o Tesouro Nacional. Com esse objetivo, em novembro foram transferidas para o Tesouro as responsabilidades pelo pagamento dos juros atrasados aos credores externos no período 89/90 e em meados de 1993 serão repassados os compromissos da dívida externa de médio e longo prazos.

A seguir, os principais pontos do Plano:

■ **Abertura** — compromisso de manter o cronograma de redução das tarifas de importação até julho de 1993.

■ **Desregulamentação** — promete acelerar e aperfeiçoar o programa de desregulamentação da economia para estimular a concorrência.

■ **Crescimento** — a retomada do desenvolvimento é considerada condição necessária para eliminar a inflação. Para isso serão criadas fontes de estímulo ao investimento privado que independam do setor público.

■ **Ajuste** — a reforma fiscal constitui um dos principais pilares da estratégia na luta contra a recessão e a inflação. Lembra que o saneamento completo das finanças públi-

cas é tarefa para muitos anos, que só pode ser realizada dentro de uma economia em crescimento.

■ **Auditoria** — redefinição do sistema de controle interno dos gastos públicos, com a descentralização das atividades de auditoria para unidades situadas nas capitais de todos os estados e desenvolvimento de indicadores de desempenho gerencial. Também serão estabelecidas sanções para os gestores de finanças públicas que atuarem em desacordo com os objetivos fixados para controle das despesas do governo.

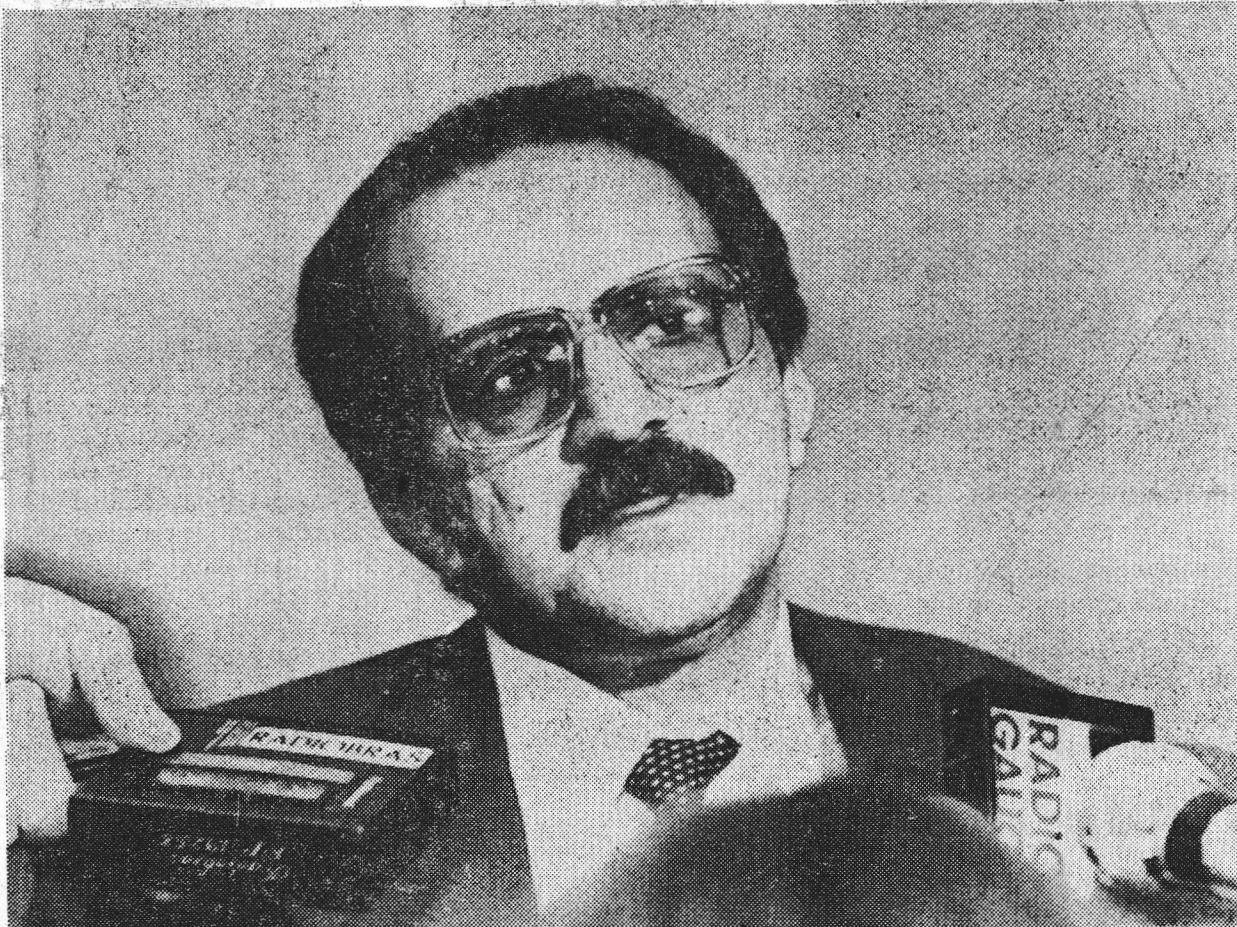
■ **Sistema financeiro** — regulamentação do Artigo 192 da Constituição, com maior independência para o Banco Central, mandatos fixos para as diretorias do BC, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.

■ **Dívidas** — renegociação das dívidas de estados, municípios e estatais para com a União. De acordo com o documento, as dívidas estaduais somam US\$ 49 bilhões. As estatais são as maiores devedoras, com um total de US\$ 93,4 bilhões, sendo 64% da Itaipu Binacional e das empresas do setor elétrico.

■ **Habitação** — reformulação do Sistema Financeiro da Habitação. Redução do déficit do Fundo de Compensação de Variação Salarial, com o aumento das contribuições dos mutuários que mais se beneficiaram dos subsídios do SFH. Melhor fiscalização do FGTS, com renegociação das dívidas dos tomadores de recursos do Fundo e aumento das disponibilidades de financiamento. O governo vai procurar aprovar no Congresso o projeto de lei de criação dos Fundos de Investimentos Imobiliários para aumentar os recursos para financiamento de imóveis comerciais e residenciais.

■ **Mercado de capitais** — revisão da lei das Sociedades Anônimas e da Lei 6385/76, que regula o mercado de capitais.

■ **Bancos estaduais** — criação de mecanismos para inibir a influência do poder político sobre os bancos estaduais, vedação de operações de crédito dessas instituições aos governos estaduais e concentração de agências dentro do próprio estado.



Haddad: queremos regras estáveis, mas poderá haver repique da taxa